

Richa pede nova aliança política e acha parlamentarismo a saída

BRASÍLIA — O Senador José Richa (PMDB-PR) defendeu ontem a criação de um fato novo — que pode ser a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo — para que se possa “repackar uma nova aliança política”. Em sua opinião, o parlamentarismo é uma solução porque, não tendo o País grandes lideranças individuais, faz-se um Governo “com a soma de pequenas lideranças”. O Senador tem conversado com frequência com o Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Richa, que foi convidado por Sarney para assumir o Gabinete Civil no começo do ano, disse que chegou a essa conclusão há dias, mas só agora a tem externado, porque “cansou de tentar, nos bastidores, uma negociação”. Para ele, um Governo precisa cumprir três requisitos para ter sucesso: base política, boas propostas e adesão da sociedade, que inclui a área militar.

— O Plano Bresser, que era uma esperança, “já era” — comentou.

Defendeu ainda a antecipação das eleições presidenciais para o ano que vem e a implantação do parlamentarismo como solução para se evitar que a crise política se transforme em crise institucional. Para Richa, o Presidente José Sarney deve participar desse entendimento, mas, se ele não aceitar, “deve ser à sua revelia, devido à gravidade do momento”.

Desprezando, desde a reforma ministerial, o tom moderado com que costumava fazer suas avaliações políticas, Richa, que chegou a defender o mandato de seis anos para Sarney e a liderar um grupo que defendia a implantação gradual do parlamentarismo, entende que o momento exige dos políticos “a coragem de antecipar as eleições”.

Richa afirma que o Governo Sarney falhou na medida em que “foi incapaz de sustentar uma base de apoio”, que ele analisa como “fruto

de uma indecisão, de falta de rumos de natureza política”. E vê falhas, também, na atuação dos políticos, sem distinguir o partido, “na falta de organicidade, de maior empenho para dar certo”.

— Nesse processo de transição, o setor mais lúcido foi o militar. Apesar de todos os erros, das turbulências, a área militar vem “bancando” a transição democrática, sem retrocessos. A crise política vem se manifestando de forma crônica, com períodos de agudização, e a área militar, com lucidez e patriotismo — afirmou.

Na opinião do Senador, os políticos devem buscar uma solução de entendimento — seja para marcar a data das eleições presidenciais, para aprovar o sistema de governo ou para a forma de implantá-lo, com Sarney ou com o Presidente a ser eleito.

— É preciso achar uma saída. Tem-se que criar um fato novo, que pode ser o parlamentarismo.

Ulysses explica por que aceitou a prorrogação

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que rejeitou “uma interpretação servil e literal” do Regimento ao concordar com a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão de Sistematização. A medida foi elogiada por vários parlamentares, mas também criticada por outros, que acusaram a Mesa de violar o Regimento. A discussão centralizou as atenções na sessão de ontem de manhã, levando Ulysses ao plenário para defender e justificar a prorrogação.

— O Regimento é feito para ajudar, e não para atrapalhar. O que não se pode é violar o Regimento por facciosismo — disse.

Ele observou que os tribunais examinam as leis “de uma maneira e depois passam a examiná-las de outra, com relação aos mesmos casos, mudando a jurisprudência”. Depois de elogiar o trabalho feito até agora pela Comissão de Sistematização, afirmou que não seria justo desprezar toda a votação já realizada e deixar, caso não houvesse a prorrogação, que o plenário examinasse o primeiro dos substitutos elaborados pelo Relator Bernardo Cabral. Esse texto tinha mais de 400 artigos, pois representou o conjunto de propostas aprovadas nas oito comissões temáticas.

— A Comissão trabalhou muito e trabalhou bem. Inaugurou até um sistema de elaboração de alto teor democrático: as reuniões de manhã dos Líderes, não se distinguindo entre Lideranças de partidos menores e maiores; uma busca, quando isto é possível, de entendimento.

Segundo Ulysses, até 30 de novembro, a partir do dia 4, o plenário estará votando a matéria já decidida pela Comissão. Lembrou que a Comissão terá um acréscimo de 20 dias úteis, descontados os dias de funcionamento do plenário da Constituinte e os domingos.

Logo no início da sessão de ontem, o Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) foi o primeiro a abordar a prorrogação que, a seu ver, “é algo muito grave”. Depois de acusar a Mesa de violar o Regimento, ele admitiu a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a mudança.

— Pago para ver se a Justiça brasileira não corrigirá os desmandos que aqui não forem corrigidos — disse.

Em defesa dos novos prazos, o Deputado José Genoíno (PT-SP) disse que as críticas ao tempo gasto pela Constituinte fazem parte de uma campanha desencadeada pelos setores mais conservadores. Segundo ele, esse segmento tem interesse em que nada ou apenas o “Frankenstein” seja levado ao plenário, possibilitando uma mudança regimental que permita a apresentação de um novo substitutivo conservador. Para essa hipótese, Genoíno afirmou ter ouvido rumores sobre a existência de um texto redigido pelo Consultor Geral da República, Saulo Ramos.

— Este País tem uma burguesia tão reacionária que teme o processo político até no cenário em que ela domina — disse, acusando a direita de incentivar o ceticismo e a mistificação de que o fundamental na Constituinte é correr sem analisar o conteúdo.

Segundo Genoíno, é por isso que setores importantes do empresariado brasileiro apóiam a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), “que aglutina os torturadores e assassinos da época da ditadura militar”, e o “Letras em Marcha”, “jornal da direita truculenta que circula dentro dos quartéis”.

No campo de futebol, as divergências terminam

Foto de Josemar Gonçalves

BRASÍLIA —

José Genoíno (PT) fez tabelinhas o tempo todo com Gérson Peres (PDS). O Senador José Richa (PMDB) compareceu de chuteira, o Deputado Pimenta da Veiga (PMDB) sem camisa e o Líder do PT, o Lula, de camiseta. O Deputado Virgílio Guimarães (PT) chegou descalço. O respeito às regras imperou durante 60 minutos.



Richa e Lula, promotores da partida, brigam pela bola

As cenas, insólitas em se tratando de constituintes, aconteceram ontem de manhã, no Parque da Cidade, em Brasília. Foi o primeiro de uma série de partidas de futebol que se repetirão ao longo de todo o período constituinte. Idéia que surgiu de uma articulação entre Lula e Richa e pretende transformar-se em um campeonato constitucional. O dono da bola, Senador Jamil Haddad (PSB), não compareceu mas mandou a bola, o que lhe valeu a eleição para “patrono da rodada”.

Não houve necessidade de juiz e a principal regra, respeitada como as outras, foi esquecer o substitutivo de Bernardo Cabral, pelo menos durante os jogos. Os times se dividiram à base da camiseta: uns com, outros

sem. Venceu o time do peito nu por 4x2.

O time de camiseta teve a seguinte formação: Lula, Waldir Campello, Gérson Peres, Virgílio Guimarães, Sigmaringa Seixas e José Genoíno. Do outro lado, Richa, Pimenta da Veiga, Paulo Delgado, Luiz Gushiken, Lysâneas Maciel e um jornalista conhecido por Bob (Roberto Fernandes, do “Jornal do Brasil”), que os constituintes não sabem até agora de onde surgiu. Mas foi quem garantiu a vitória do time de camiseta, marcando três gols. O quarto foi de autoria de Richa. Pelo outro time, Waldir Campello marcou dois gols e Lula fez um.

Richa joga parado em campo. Só

toca a bola quando ela vem a ele. Mas é competente para chutar em gol. Genoíno foi eleito o “perna de pau” do jogo e Lysâneas Maciel o jogador que trata a bola com maior carinho: “Se ele tratasse as questões de ordem como trata a bola seria uma maravilha”, comentou Genoíno. Gérson Peres tem um problema, segundo os jogadores: não se dá bem com a bola. E leva azar: é perseguido por ela o tempo todo.

Sigmaringa jogou mal, mas não comprometeu. Afinal, a partida aconteceu no dia seguinte à votação que garantiu a autonomia política para o Distrito Federal. Estava esgotado. No entanto, prometeu melhorar a performance para o jogo da próxima quarta-feira.

O clima da partida foi do mais alto nível. Ao contrário do que se costuma assistir nas votações em plenário, não houve agressões, ninguém puxou o tapete de ninguém, os acordos (regras) foram cumpridos e ninguém tentou impugnar o resultado. “Já que não se fazem acordos em plenário, fazemos em campo”, comentou Virgílio Guimarães.

O grupo pretende ampliar-se. A intenção é formar quatro times para a disputa de um campeonato. Pensa também em desafiar os jornalistas para uma partida e em promover o jogo entre um time de constituintes do plenário da Constituinte e outro de parlamentares da Comissão de Sistematização.

União continuará podendo intervir nos Estados e no Distrito Federal

BRASÍLIA — Por 53 votos a 25, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem emenda do Deputado Eduardo Bonfim (PC do B-BA) que impediria a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, para pôr fim a grave perturbação da ordem.

O Senador José Fogaça (PMDB-RS), representando o Relator Bernardo Cabral, foi contra emenda do Deputado Luiz Gushiken (PT-SP) — prejudicada por falta de quorum — estabelecendo que a participação de funcionários na gestão das entidades de administração indireta se daria por eleição direta de representantes nos órgãos diretivos.

O Deputado César Maia (PDT-RJ) retirou antes da votação emenda que

tornava privativo dos servidores públicos os cargos em comissão e funções de confiança na administração pública. O substitutivo em votação dá apenas a preferência para os servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional.

Os deficientes físicos terão assegurado um percentual de cargos em todos os órgãos da administração pública. A emenda do Deputado César Maia (PDT-RJ) foi aprovada por 54 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções. Os critérios para o cumprimento deste dispositivo e o percentual de cargos serão definidos pela legislação ordinária.

A Comissão aprovou ainda a ma-

nutenção do texto do Relator Bernardo Cabral sobre a exigência de curso de provas e títulos para o preenchimento de cargos em órgãos públicos. Mas rejeitou emenda do Deputado Francisco Pinto (PMDB-BA) que pretendia fixar em quatro anos o prazo de duração dos concursos, contados a partir da data de promulgação.

Também foi aprovada emenda do Deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que permite aos Estados que fazem parte de duas regiões geo-econômicas — Minas e Maranhão, por exemplo — receber incentivos fiscais de dois organismos — Sudene e Sudec, no caso — a que estiverem vinculados.

Teto salarial da administração pública vai obedecer ao limite estabelecido para cada Poder

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou ontem a manutenção do parágrafo 6º, do artigo 43 do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que fixa a relação de valores entre a maior e menor remuneração da administração pública, direta ou indireta. Este é um dos diversos dispositivos do texto que pretende acabar com os chamados “marajás”.

Pelo texto, a relação será fixada observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos em espécie, a qualquer título, por membros no Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministros de Estado.

Por 48 votos contra 17, a Comissão rejeitou proposta do Deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), que pretendia fixar o piso correspondente a um salário mínimo e o máximo de 30 salários, para as remunerações públicas em todos os níveis.

Segundo o Líder do PC, Deputado Roberto Freire, o sentido da emenda era bom, mas incorria em um erro fundamental: a indexação do salário mínimo. Segundo Freire, a desvinculação do salário mínimo como base para o cálculo da remuneração é a única forma de permitir o aumento dos pequenos salários. A vinculação — afirmou — representa um bloqueio para aqueles que ganham o salário mínimo.